

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA



TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR NÍVEL V ÁREA 5: ECONOMIA SUBÁREA: ECONOMIA FINANCEIRA

Aplicação: 7/12/2008

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente a transcrição de seus dados pessoais acima e de seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho, de uso opcional.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 A duração da prova é de **duas horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição do texto definitivo para o caderno de texto definitivo da prova discursiva.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de prova. Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I 9/1/2009 – Resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- II 12 e 13/1/2009 – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 30/1/2009 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a avaliação de títulos e para a perícia médica dos candidatos portadores de deficiência: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 2 e 3/2/2009 – Entrega da documentação para avaliação de títulos, em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – MMA – PS, de 15/10/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **setenta** pontos, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **noventa** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- No **caderno de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso o texto exija identificação do autor, utilize apenas a palavra CANDIDATO. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.

Os ambientalistas têm considerado, corretamente, que grande parte dos danos aos ecossistemas da Amazônia é decorrente das ações de interesses econômicos, na busca do valor de uso e do valor de troca dos recursos naturais regionais. Identificam formas e situações nas quais os mercados deixam de considerar, em suas funções alocativas e distributivas, o amplo conjunto de custos e benefícios ambientais para as atuais e futuras gerações das atividades econômicas na Amazônia. Entretanto, na última década, grupos de líderes de movimentos ambientalistas e alguns próprios reguladores nas burocracias públicas, diante do persistente fracasso dos mecanismos de comando e controle do uso predatório dos recursos ambientais da Amazônia, têm reconhecido que o poder do mercado pode ser canalizado para que os objetivos de desenvolvimento ambiental sejam atingidos na região, por meio de uma abordagem de incentivos econômicos nos processos regulatórios. A expectativa é a de que, ao se modificarem os incentivos e estímulos que os agentes econômicos dispõem num determinado contexto histórico, possa haver uma coincidência entre a melhor escolha privada com a melhor escolha social para o desenvolvimento sustentável da região. Por exemplo: um conjunto adequado de incentivos econômicos e financeiros, concebidos e implementados para a Amazônia, poderá levar os atores regionais a adotar, de forma descentralizada, práticas produtivas e de consumo ecologicamente corretas, em termos de sustentabilidade ambiental, e implementadas com baixos custos administrativos e de transação.

O sistema de preços é considerado um mecanismo tão eficiente, democrático e econômico de resolver os problemas econômicos fundamentais de uma sociedade que acaba por estimular um esforço intelectual muito expressivo para preservar o uso desse sistema nas políticas do meio ambiente, até mesmo por meio de adaptações em sua lógica interna nos contextos de "falhas de mercado". É o caso, por exemplo, de situações em que ocorrem externalidades ambientais (desmatamento, poluição hídrica, etc.) quando se procura definir apropriadamente um valor econômico para os recursos ambientais, simulando condições de mercado para a sua disponibilidade e a sua utilização.

Os instrumentos econômicos mais relevantes para a formulação e a execução das políticas de desenvolvimento sustentável, que nos países da OCDE somam mais de uma centena, podem ser definidos e classificados de diferentes formas. Esses instrumentos pretendem estimular comportamentos de produção, de consumo e de investimento, no sentido da sustentabilidade ambiental, pela alteração direta dos níveis de preços e de custos (impostos, taxas, subsídios, etc.), pela alteração indireta de preços e custos por meio de medidas fiscais ou financeiras (financiamentos facilitados, incentivos fiscais, etc.) ou pela criação de mercados ou apoio a mercados (de títulos negociáveis, de seguro ambiental, de materiais recicláveis, etc.).

No Brasil, há alguns desses instrumentos sendo implementados com elevados benefícios líquidos para as atuais e futuras gerações, embora de escopo e intensidade muito limitados. Mencionam-se o ICMS Ecológico, o Ecocrédito Municipal, mecanismos financeiros de compensação ambiental, taxas de usuários de recursos hídricos, multas para poluidores contumazes, etc. Frequentemente, esses instrumentos são utilizados mais com o objetivo de arrecadação fiscal do que propriamente para atingir objetivos de sustentabilidade ambiental.

Não há uma regra simples que permita decidir, em situações específicas de intervenção governamental, entre o uso de instrumentos e mecanismos de mercado e o uso de regulamentações. Há vantagens e desvantagens em cada instrumento ou mecanismo de intervenção, em termos de eficiência, de eficácia, de equidade e do grau de flexibilidade que dão aos agentes poluidores/consumidores de recursos naturais. Sempre que possível, a melhor alternativa será alguma solução de compromisso que busque a sinergia entre as vantagens cumulativas dos dois tipos de instrumentos. A experiência na condução das políticas ambientais, em diversos países e regiões, mostra que, em quase todas as situações, é possível encontrar um mix que balanceie, de forma mais eficiente, mais eficaz e mais equânime os dois instrumentos, dando-lhes um caráter de complementaridade e não de exclusão operacional."

Paulo R. Haddad. Amazônia. In: O Estado de São Paulo. 14/6/2008.

Considerando que o texto acima tem caráter motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

**A utilização de instrumentos econômicos e financeiros
na gestão dos recursos ambientais**

Ao elaborar seu texto, responda necessariamente aos seguintes questionamentos:

- ▶ Em que consiste a política nacional de meio ambiente? Quais são e como funcionam os grupos de instrumentos de gestão apresentados pela estrutura da política ambiental brasileira?
 - ▶ Quais são os instrumentos econômicos e financeiros da Política Nacional de Meio Ambiente e qual sua correlação com os demais instrumentos? Há predomínio de algum desses grupos de instrumentos em nosso país? Por que razão?
 - ▶ Qual a diferença entre os instrumentos econômicos e os financeiros? Quais os instrumentos mais adequados à realidade brasileira? Exemplifique e justifique.
-

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	